

ATA NÚMERO 383/XII/4.^a SL

Aos três dias do mês de junho de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Secretário de Estado da Administração Pública, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre o processo dos trabalhadores colocados em situação de requalificação.
2. Audição do Secretário de Estado da Administração Pública no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) – Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.
3. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.
4. Apreciação do pedido feito pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares.
5. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à audição da Ministra de Estado e das Finanças sobre o benefício fiscal concedido ao Novo Banco relativo à transferência de ativos do BES para o Novo Banco no âmbito da aplicação da medida de resolução.
6. Definição do procedimento para audições respeitantes à designação de membros de entidades reguladoras.
7. Apreciação do Relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre a denominada "Lista de contribuintes VIP".
8. Apreciação e votação das atas n.ºs 380 e 381, referentes às reuniões de 27 e 29 de maio, respetivamente.
9. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 380/XII/2.^a (BE) - Cria uma taxa travão para acabar com as taxas de juro abusivas praticadas pelos bancos.
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

10. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 790/XII/4.^a (ILC) - Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer.
Autora do parecer: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).
11. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.
12. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 966/XII/4.^a (PCP) - Amplia as Fontes de Financiamento da segurança Social.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do BE.
13. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.^a (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
14. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.^a (BE) - Defende o futuro da CP carga.
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]
15. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.^a (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.
16. Informação sobre o processo de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.^a (GOV).
17. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.^a (GOV), ao GT Procurement Socialmente Responsável, à Associação para a Promoção do Multimedia em Portugal e à Associação para a Contratação Pública Eletrónica, com vista à sua apreciação na reunião da COFAP da próxima quarta-feira.
18. Informação sobre o processo de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 321/XII/4.^a (GOV).
19. Outros assuntos.

1. Audição do Secretário de Estado da Administração Pública, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre o processo dos trabalhadores colocados em situação de requalificação.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da aprovação, pela Comissão, de um requerimento do Grupo Parlamentar do PS, sobre o processo dos trabalhadores colocados em situação de requalificação, após o que deu a palavra ao Grupo Parlamentar requerente.

Interveio a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), tendo apresentado o requerimento do PS e o seu fundamento, após o que o Senhor Secretário de Estado efetuou uma intervenção inicial. Em sede de interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, usou da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), solicitando a distribuição de documentos citados pelo Senhor Secretário de Estado, tendo o Senhor Secretário de Estado prestado esclarecimentos.

Em sede de debate, intervieram na primeira ronda os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Mariana Aiveca (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado usado da palavra para responder, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Conceição Bessa Ruão (PSD), Rita Rato (PCP), Mariana Aiveca (BE) e Artur Rego (CDS-PP), tendo o Senhor Secretário de Estado usado da palavra para responder ao conjunto de questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Secretário de Estado as informações prestadas.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

2. Audição do Secretário de Estado da Administração Pública no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.

O Senhor Presidente reiniciou de imediato os trabalhos, enquadrando a segunda audição do Senhor Secretário de Estado no âmbito da apreciação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 866/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) – Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada. O Senhor Presidente recordou tratar-se da primeira vez que se promovia a audição do Governo em sede de especialidade de uma iniciativa legislativa de Grupos Parlamentares, parte integrante do chamado “pacote da natalidade”.

Tendo o Senhor Secretário de Estado dispensado uma intervenção inicial, deu-se de imediato início ao período de debate, no qual intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Elsa Cordeiro (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Mariana Aiveca (BE), tendo o Senhor Secretário de Estado usado da palavra para responder ao conjunto de questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição, agradecendo ao Senhor Secretário de Estado os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet](#) da audição.

Foi ainda fixada a data limite de 15 de junho, pelas 18h00, para a apresentação de propostas de alteração ao Projeto de Lei, com vista à sua discussão e votação, na especialidade, em reunião da Comissão de 17 de junho.

3. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.

O presente ponto foi consensualmente adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

4. Apreciação do pedido feito pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares.

A proposta de resposta da COFAP ao pedido feito pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares foi consensualmente aprovada, tendo ainda a Comissão deliberado designar como delegação à reunião interparlamentar a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD) e um(a) representante do PS, a designar posteriormente.

5. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à audição da Ministra de Estado e das Finanças sobre o benefício fiscal concedido ao Novo Banco relativo à transferência de ativos do BES para o Novo Banco no âmbito da aplicação da medida de resolução.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o requerimento, dando nota do seu fundamento atenta a inexistência de respostas às questões colocadas pelo PCP em audições anteriores, tendo intervindo, em sede de debate, os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Duarte Pacheco (PSD) e Cecília Meireles (CDS-PP), após o que o requerimento foi votado e rejeitado com os votos favoráveis de PS e PCP e contra de PSD e CDS-PP, registando-se a ausência do BE.

6. Definição do procedimento para audições respeitantes à designação de membros de entidades reguladoras.

O Senhor Presidente deu nota dos pedidos remetidos pelo Governo, nos termos do disposto no artigo 17.º da Lei-Quadro das Entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e do artigo 27.º da Lei n.º 5/98, de 31 de janeiro, na sua redação atual – Lei Orgânica do Banco de Portugal, de audição prévia das personalidades indicadas para o exercício de funções de Vice-Presidente da CMVM e de Governador do Banco de Portugal, respetivamente. Tendo a Comissão verificado que o Governo havia já remetido o pedido, as notas biográficas e o parecer da CRESAP (onde aplicável), deliberou proceder às audições sucessivamente por ordem de entrada do pedido, nomear relator Deputados(as) do PSD e PS, respetivamente, para cumprimento do estatuído na Lei.

7. Apreciação do Relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre a denominada "Lista de contribuintes VIP".

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD, a apreciação do presente ponto foi adiada para a reunião ordinária seguinte da Comissão.

8. Apreciação e votação das atas n.ºs 380 e 381, referentes às reuniões de 27 e 29 de maio, respetivamente.

O presente ponto foi consensualmente adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

9. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 380/XII/2.^a (BE) - Cria uma taxa travão para acabar com as taxas de juro abusivas praticadas pelos bancos.

Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).

O presente ponto foi consensualmente adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

10. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 790/XII/4.^a (ILC) - Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer.

Autora do parecer: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

Atenta a ausência da autora do parecer em trabalhos parlamentares, a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) apresentou o parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 790/XII/4.^a \(ILC\)](#), tendo intervindo em sede de debate a Senhora Deputada Elsa Cordeiro (PSD), após o que o parecer foi votado e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

11. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 871/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Altera o Código do Imposto Sobre Veículos, introduzindo uma isenção de 50% em sede de Imposto Sobre Veículos para as famílias numerosas.

A redação final do [Projeto de Lei n.º 871/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) foi fixada por unanimidade nos termos regimentais, verificando-se a ausência do BE.

**12. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 966/XII/4.ª (PCP) - Amplia as Fontes de Financiamento da segurança Social.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do BE.**

O [Projeto de Lei n.º 966/XII/4.ª \(PCP\)](#) foi distribuído ao Grupo Parlamentar do BE para elaboração de parecer.

**13. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.ª (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]**

O presente ponto foi consensualmente adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

**14. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.ª (BE) - Defende o futuro da CP carga.
[iniciativa em conexão com a Comissão de Economia e Obras Públicas]**

O presente ponto foi consensualmente adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

15. Discussão, em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.ª (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.

O presente ponto foi consensualmente adiado para a reunião ordinária da Comissão da semana seguinte.

16. Informação sobre o processo de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV).

Atenta a conclusão das audições sobre a [Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª \(GOV\)](#) na sexta-feira seguinte, foi fixada a data limite de 15 de junho, pelas 18h00, para a apresentação de propostas de alteração à proposta de lei, com vista à sua discussão e votação, na especialidade, em reunião da Comissão de 17 de junho.

17. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV), ao GT Procurement Socialmente Responsável, à Associação para a Promoção do Multimedia em Portugal e à Associação para a Contratação Pública Eletrónica, com vista à sua apreciação na reunião da COFAP da próxima quarta-feira.

O presente ponto foi consensualmente adiado para a reunião ordinária da Comissão da sexta-feira seguinte.

18. Informação sobre o processo de apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 321/XII/4.ª (GOV).

Tendo a Comissão dispensado a audição do Governo sobre a [Proposta de Lei n.º 321/XII/4.ª \(GOV\)](#), foi fixada a data limite de 15 de junho, pelas 18h00, para a apresentação de propostas de alteração à iniciativa legislativa, com vista à sua discussão e votação, na especialidade, em reunião da Comissão de 17 de junho.

19. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

Nestes termos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos e a reunião do dia.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A reunião foi encerrada às 14:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de junho de 2015

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
Jorge Paulo Oliveira
José de Matos Rosa
Paulo Sá
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Vieira da Silva
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Maria das Mercês Borges
Maria José Moreno
Mariana Aiveca
Nuno Serra
Rita Rato
Vasco Cunha

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Galamba
João Paulo Correia
Nuno Reis
Pedro Filipe Soares
Vera Rodrigues